
MANIFESTO PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA COMO IMPULSIONADORA DA COMPETITIVIDADE E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Projeto de Lei 5.230/2023)

Apesar das evidências robustas que comprovam os retornos positivos para a sociedade decorrentes dos investimentos em Educação Profissional Tecnológica, o Brasil enfrenta desafios significativos em garantir um acesso efetivo a essa modalidade educacional. O aumento da empregabilidade, a melhoria dos salários e das condições de trabalho, juntamente com o impacto positivo na economia resultante da qualificação da força de trabalho, são algumas das evidências que respaldam os benefícios sociais dos investimentos em educação profissional técnica de nível médio.

Dados da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam que o Brasil ocupa a terceira posição quando se trata de carência de trabalhadores qualificados, com 63% das empresas com mais de 10 funcionários enfrentando esse problema. Em um contexto de taxa de desemprego de 7,8%, conforme divulgado pelo IBGE, o país está se encaminhando para uma iminente escassez de mão de obra.

De acordo com sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atualmente, 50% das empresas enfrentam desafios ao buscar trabalhadores qualificados, com destaque para o desequilíbrio entre as necessidades das empresas e a qualidade do capital humano disponível.

Na mesma linha, pesquisa “panorama do Capital Humano Brasileiro em Tecnologia”, realizada pela Amcham Brasil, demonstrou que 97% das empresas responderam ter alguma dificuldade para preencher as vagas de relacionadas à tecnologia; 1/4 das empresas indicam que falta de capacitação é a maior dificuldade para contratação de profissionais em áreas de tecnologia; e 71% das empresas indicam que suprir a escassez de profissionais em tecnologia ampliaria oportunidades de negócios e de inovação.

Por fim, estudo Custo Brasil, conduzido pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), aponta o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem e comprometem novos investimentos, interferindo diretamente na competitividade dos negócios. O custo para operar um negócio no Brasil, é aproximadamente 1,7 trilhão mais alto que a média dos países da OCDE. Formação e qualificação do capital humano é um dos pilares que mais contribuem para o alto Custo Brasil.

Investir na educação profissional e técnica de nível médio faz-se essencial para capacitar profissionais e facilitar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, principalmente quando alinhadas às demandas tecnológicas. Portanto, a Política Nacional de Ensino Médio é um instrumento fundamental para mitigar o desequilíbrio entre as demandas dos setores produtivos e a qualificação do capital humano disponível.

É essencial endereçar, também, o problema da evasão escolar, que atinge meio milhão de jovens por ano (FIRJAN/PNUD). A sinergia entre o currículo escolar e a formação profissional também é desejo dos próprios estudantes: de acordo com pesquisa executada pelo Datafolha em parceria entre o Todos Pela Educação, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande, 98% dos alunos de Ensino Médio das escolas públicas gostariam de uma escola que os preparasse para o mercado de trabalho. Similarmente, 97% dos jovens indicam que teriam condições de escolher uma área para aprofundamento durante a sua jornada no ensino médio.

Por isso, apoiamos o **substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 5230/2023, pelo relator da proposta, Deputado Mendonça Filho (União-PE)**. O texto está alinhado às necessidades de **aprimoramento do ensino médio e superação dos desafios educacionais urgentes do Brasil**, com destaque a:

- **Aumento da carga horária da parte de escolha do estudante, com possibilidade de aproveitamento integrativo com a carga-horária da Formação Geral Básica (FGB):**

Este ponto é crucial para permitir aos estudantes uma maior flexibilidade e autonomia na escolha de componentes curriculares que estejam alinhadas com seus interesses e objetivos educacionais e promover a expansão da educação profissional e tecnológica e sua articulação com o ensino médio, ampliando as oportunidades de aprendizado e enriquecendo a experiência educacional dos alunos.

- **Manutenção da possibilidade de reconhecimento do notório saber por parte das redes de ensino para atuação exclusiva na Educação Profissional e Tecnológica:**

Essa medida reconhece a importância do conhecimento prático e da experiência profissional como formas válidas de conhecimento e instrumentos importantes para a qualificação profissional dos estudantes. Permitir o reconhecimento do notório saber pelas redes de ensino é fundamental para promover a ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica.

- **A educação digital como componente curricular do ensino fundamental e médio:**

Com o crescente impacto da tecnologia na sociedade, é imprescindível que os estudantes sejam capacitados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mundo digital. Integrar a educação digital ao currículo é essencial para assegurar que os alunos adquiram competências digitais fundamentais para usar as tecnologias de maneira crítica e responsável.

- **Organização dos componentes curriculares por áreas do conhecimento, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

Essa abordagem proporciona uma estrutura mais coesa e integrada ao currículo, permitindo uma compreensão mais ampla e interdisciplinar dos conhecimentos e do conteúdo. Além disso, o alinhamento com a BNCC garante que os objetivos educacionais estejam em consonância com as diretrizes nacionais e que possam ser adaptados às necessidades locais a partir dos próprios currículos estaduais e municipais.

Em suma, é crucial aprimorar a qualidade da educação básica, especialmente ao favorecer a qualificação técnica por meio dos itinerários formativos de escolha do jovem, indo ao encontro das expectativas e necessidades que eles apresentam quanto à sua formação no ensino médio. Neste sentido, é importante o aprimoramento da Política Nacional de Ensino Médio, a partir do fortalecimento da proposta que atualmente encontra-se em discussão na Câmara. Somente assim será possível garantir o desenvolvimento das competências necessárias para reduzir as disparidades de competitividade e encurtar a lacuna em relação às economias mais avançadas.

Entidades Signatárias:

